

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.281.987 - SP (2018/0092831-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : JOSE BENEDITO MACEDO DE SOUZA
AGRAVANTE : SOLANGE MARIA DE MACEDO SOUZA
ADVOGADO : MARCELO AUGUSTO DE MACEDO - SP142284
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN - PR037007
ANA PRISCILA FURST - PR047733
DAYÉLLI MARIA ALVES DE SOUZA - PR053666
MICHELE JUSTI CARVALHO - PR064520
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por JOSÉ BENEDITO MACEDO DE SOUZA e SOLANGE MARIA DE MACEDO SOUZA em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

2. A parte agravante não rebate, de forma específica e clara, quaisquer dos fundamentos da decisão de admissibilidade de não existir afronta a dispositivos legais, de incidência das Súmulas nº 5 e nº 7/STJ e de não ter sido demonstrado o dissídio pretoriano.

Em verdade, limita-se a deduzir alegações genéricas acerca dos limites do juízo de admissibilidade, muitas das quais com referência a enunciados do Tribunal Superior do Trabalho, sem qualquer relação com o presente caso.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

Continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo de JOSÉ BENEDITO MACEDO DE SOUZA.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator